

Ives Gandra da Silva Martins
Samuel Hanan

BRASIL

QUE PAÍS É ESTE?

Uma reflexão sobre como
a nação desperdiça suas
potencialidades

VALER
EDITORA



BRASIL
QUE PAÍS É ESTE?

Ives Gandra da Silva Martins
Samuel Hanan

BRASIL

QUE PAÍS É ESTE?

Uma reflexão sobre como
a nação desperdiça suas
potencialidades

VALER
EDITORA

Copyright: © Ives Gandra da Silva Martins; Samuel Hanan, 2024
© Projeto Gráfico - Editora Valer

Editor • **Isaac Maciel**
Coordenação Editorial • **Neiza Teixeira**
Capa e Diagramação • **Selene Camargo**
Revisão • **Núcleo de Editoração Valer**
Normalização • **Ycaro Verçosa** (CRB-11/287)

M386b Martins, Ives Gandra da Silva.

Brasil: que país é este? Uma reflexão sobre como a nação desperdiça suas potencialidades. / Ives Gandra da Silva Martins; Samuel Hanan. – Manaus: Editora Valer, 2024.

48 p.

ISBN 978-65-5585-390-2

1. Brasil – condições econômicas. 2. Brasil – aspectos econômicos e sociais. I. Hanan, Samuel. II. Título.

012/2024

CDD 330.981
22. ed.

2024

Editora Valer

Rua Rio Mar, 63, Cj. Vieiralves – Nossa Senhora das Graças
CEP: 69053-180 / Manaus-AM
Fone: (92) 3184-4568 / Whatsapp: (92) 99613-1113
www.editoravaler.com.br



SUMÁRIO

BREVE APRESENTAÇÃO	7
BRASIL, QUE PAÍS É ESTE?	9
Introdução	9
Causas e efeitos do fracasso nacional	11
Resultados do PIB e Carga Tributária Bruta	11
Gastos com Funcionalismo Público	13
Gigantismo do Setor Público – Onde tudo começou?	14
Criação de novos municípios após CF/88	14
Gastos públicos sem controle	17
Gastos primários da União	20
Gastos com Funcionalismo Público	22
Déficit Público Brasileiro – 2023	23
Dívida Pública – Governo Geral	24
Gigantismo do Setor Público brasileiro	24
Poder Judiciário	25
Judiciário, poder essencial, porém custoso	26
Resultados pífios na qualidade de vida	27
Índice de Desenvolvimento Humano	28
Desigualdade socioeconômica.	29
Lanterna em bem-estar social	29
Corrupção, mal enraizado	30
Um país reprovado em Educação	31
Violência urbana	32
Acidentes fatais.	33
Gastos tributários da União	33

Desigualdades regionais	34
A pobreza persiste	35
A tragédia brasileira em 3 atos	36
Apesar de tudo, um país viável.	36
ANEXOS	41
SOBRE OS AUTORES.	45

BREVE APRESENTAÇÃO

Ives Gandra da Silva Martins

O presente opúsculo decorre de inúmeras conversas e pesquisas que Samuel Hanan e eu travamos no curso destas últimas décadas, isto é, desde a Constituinte, que tratam dos problemas que têm afetado o país, principalmente a partir do final do século passado.

A ideia inicial de apresentarmos um retrato jurídico e econômico foi substituída pela de focarmos apenas nos dados objetivos da economia, lembrando a frase de Roberto Campos para o prefácio do livro *Desenvolvimento econômico e segurança nacional – Teoria do Limite Crítico*, de minha autoria, a qual diz que a melhor maneira de evitar-se a fatalidade é conhecer os fatos.

É que a discussão, se voltada simultaneamente à insegurança jurídica decorrente do ideal de 1988 – de poderes harmônicos e independentes, sem invasões de competências, principalmente legislativas – que, especialmente a partir de 2003, foi diluído num protagonismo maior da Suprema Corte em suas relações com os demais poderes, poderia desviar a intenção primeira do presente trabalho, que é a de mostrar a verdadeira razão pela qual o país tem caído no conceito internacional de competitividade, combate à corrupção e evolução educacional, mantendo um frágil crescimento perante as outras nações e uma permanente pobreza não só material de parcela ponderável da população, mas também cultural.

À evidência, nada obstante, de eu ter sido, durante longos anos, responsável pela cadeira de Direito Econômico na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, deve-se a Samuel Hanan, ex-secretário da Fazenda e ex-vice-governador do Amazonas, a parte mais demorada das pesquisas e estatísticas, que corroboram a tese que ambos apresentam neste opúsculo para a reflexão de políticos e acadêmicos sobre a razão de estarmos patinando ao enfrentar os desafios de um mundo onde a competitividade, o conhecimento, a tecnologia e o bom governo serão de mais em mais necessários aos povos que pretendem evoluir na história.

Por acreditarmos que o país tem tudo para crescer, desde que os responsáveis pela nação pensem mais nela do que nos seus próprios interesses, é que trazemos este pequeno estudo para reflexão.

BRASIL, QUE PAÍS É ESTE?

Introdução

O Brasil de hoje é a nação que todos os brasileiros sonharam um dia? A resposta, obviamente, é não. Longe disso. Cabe, portanto, uma reflexão: quando foi que o país do futuro, a nação da esperança, perdeu o bonde do desenvolvimento e do bem-estar de seu povo que, governo após governo, parece condenado a conviver com a miséria, o fantasma da fome, os impostos altos e os serviços públicos de má qualidade? Por que um país tão cheio de riquezas naturais, celeiro do mundo, parece ter optado pela manutenção das desigualdades?

O filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) é o autor de um pensamento que se encaixa perfeitamente nessa discussão. Ele escreveu que a história se repete pelo menos duas vezes, a primeira como tragédia e a segunda como farsa.

Diante disso, o Brasil teve, no início de sua colonização pelos portugueses, as Capitânicas Hereditárias (1530), período em que os donatários e seus familiares, escolhidos pelo rei de Portugal, possuíam quase todos os direitos e privilégios, mas quase nenhuma obrigação, enquanto praticamente todo o resto da população vivia como uma legião de vassallos, condenada a uma existência de necessidades e deveres em favor dos donatários.

Eis que, quase 500 anos depois, a grande massa brasileira vive situação semelhante à dos compatriotas das primeiras décadas do período colonial. São os vassallos do século XXI, agora denominados cidadãos das classes D e E (50,7% da população atual) e C (34% dos brasileiros). É triste, porém real: a história vem se repetindo em tragédia, como havia anunciado o grande teórico alemão.

Como se não bastasse, nossa história também se repete como farsa, lastreada pelas mentiras e pelo comportamento deplorável dos donatários modernos, os políticos profissionais e governantes. A maioria deles olha mais para o próprio umbigo do que para a população. Luta somente pela manutenção e ampliação dos direitos e privilégios que lhes garantem a perpetuação no poder, sua prioridade.

Esses compõem uma casta que não admite a possibilidade de reconhecer seus erros, muito menos de pedir desculpas. Com raríssimas exceções, acreditam ser demérito mudar de ideia – a menos que seja para benefício próprio. Não

devem ter lido a escritora gaúcha Lya Luft, segundo a qual triste é não ter ideia para mudar. Preferem cultivar a vaidade e a arrogância, fazendo clara opção pela farsa. Ignoram o que ensinou o intelectual, engenheiro e economista Mário Henrique Simonsen (1935-1997), ex-ministro da Fazenda: *Tenham todo e qualquer compromisso que desejarem, menos um, com seus erros, pois só assim evitar-se-ão suas repetições.*

Essa situação contrasta com o recente histórico de redemocratização do país, que soma quase quatro décadas, período em que o Brasil se fortaleceu nos ideais republicanos. Nesse período, a democracia se consolidou, com eleições diretas de dois em dois anos, respeito aos resultados das urnas, voto universal e pluripartidarismo político. Congresso, Forças Armadas e Poder Judiciário são instituições fortes e reconhecidas, tal qual a vontade popular. Nos últimos 29 anos, o Brasil elegeu cinco presidentes da República, todos pelo voto universal, e representantes de quatro grandes partidos nacionais, de variados espectros. Assim, o PT governou o país por 14 anos e oito meses, o PSDB esteve na presidência da República por oito anos, o PL por quatro anos, e o MDB, por dois anos e quatro meses, considerando-se o período de 1995 a 2023.



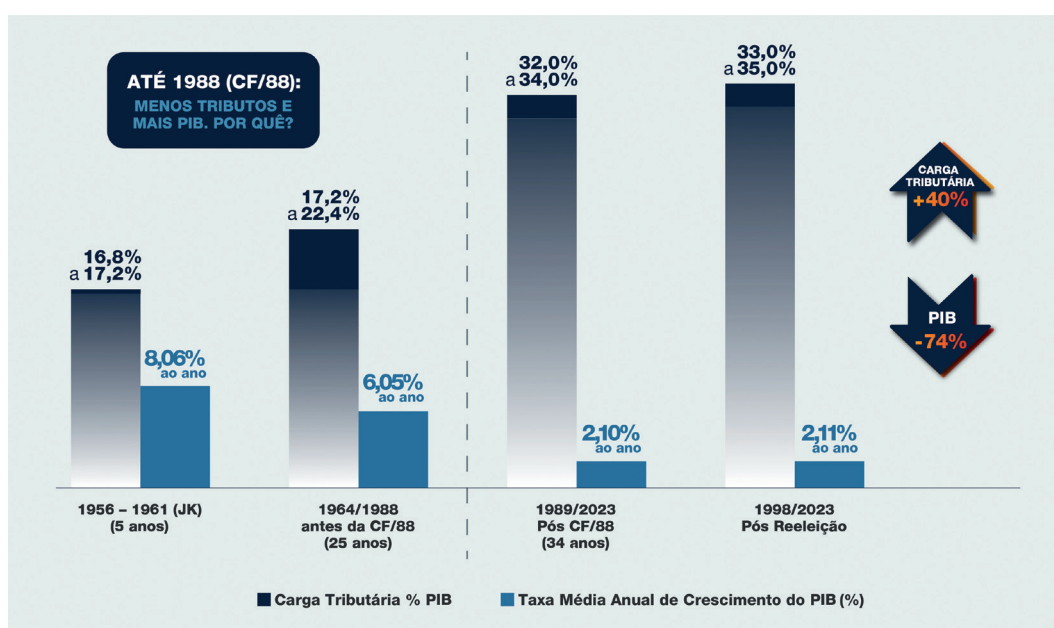
O Brasil é a 9.^a maior economia do planeta, tem a 7.^a maior população do mundo e a 5.^a maior área territorial. Essa respeitável posição em nível internacional torna inaceitável que, mesmo com a alternância de poder, o respeito ao calendário e às regras eleitorais, a moderna Constituição de 1988, as emendas constitucionais e arcabouço infraconstitucional, o país não tenha sido capaz de reverter os deploráveis indicadores oficiais nos campos ético, econômico, social e humanitário.

Causas e efeitos do fracasso nacional

Em muitos setores do Brasil, o retrocesso é evidente. Foi o que aconteceu em relação aos tributos, ao Produto Interno Bruto (PIB), à perda de expressão econômica de seu PIB, quando comparamos sua participação no PIB Global (1990: 3,6% do PIB Global – 2022: 2,3% do PIB Global). Até a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil tinha uma taxa de crescimento médio anual do PIB muito maior, apesar de cobrar menos impostos. De 1964 a 1988, essa taxa foi de 6,05%, enquanto de 1989 a 2023 a taxa de crescimento foi de 2,10% ao ano.

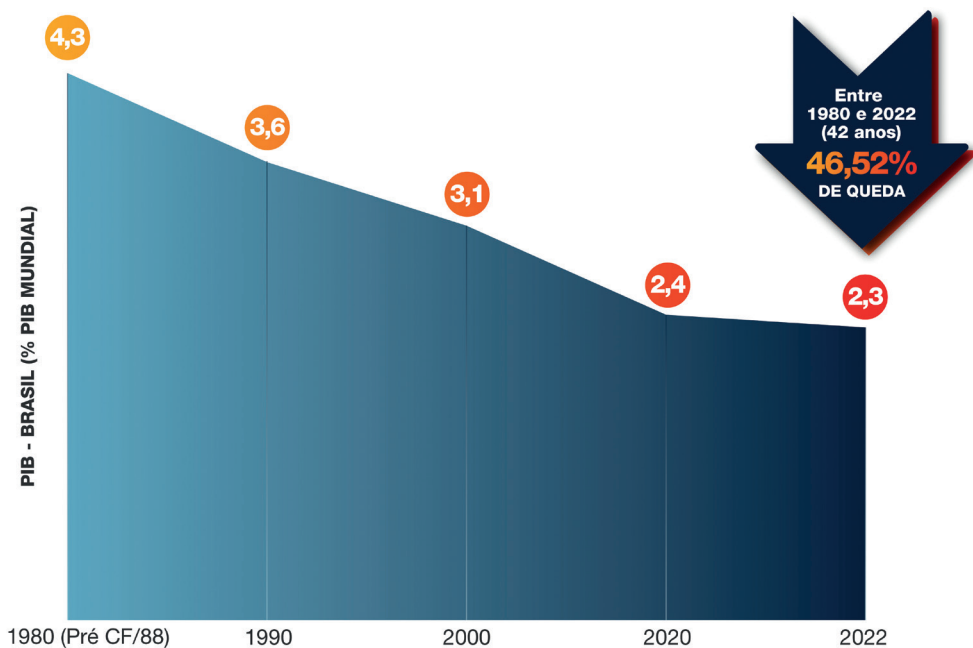
Os números oficiais demonstram que, em pouco mais de 34 anos, essa balança se inverteu. Nesse período, o Brasil acumulou aumento superior a 50% da carga tributária e cresceu apenas um terço. Preço muito alto para a população, especialmente a mais pobre, que é maioria.

Resultados do PIB e da Carga Tributária Bruta



PERÍODO/ GOVERNOS	CARGA TRIBUTÁRIA % PIB	TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB (%)
1956-1961 – (JK) (5 anos)	16,8% a 17,2%	8,06% ao ano
1964-1988 – Antes da CF/88 (25 anos)	17,2% a 22,4%	6,05% ao ano
1989-2023 – Pós-CF/88 (34 anos)	32,0% a 34,0%	2,10% ao ano
1998-2023 – Pós-Reeleição	33,0% a 35,0%	2,11% ao ano

Fontes: F.M.I / Ipeadata.



BRASIL - PERDA DE EXPRESSÃO MUNDIAL			
ANO	BRASIL	PIB - BRASIL % PIB MUNDIAL	
1980 (antes da CF/88)	↓	4,3	Queda de 46,52% em 42 anos (1980 a 2022)
1990		3,6	
2000		3,1	
2020		2,4	
2022		2,3	

Fonte: F.M.I.

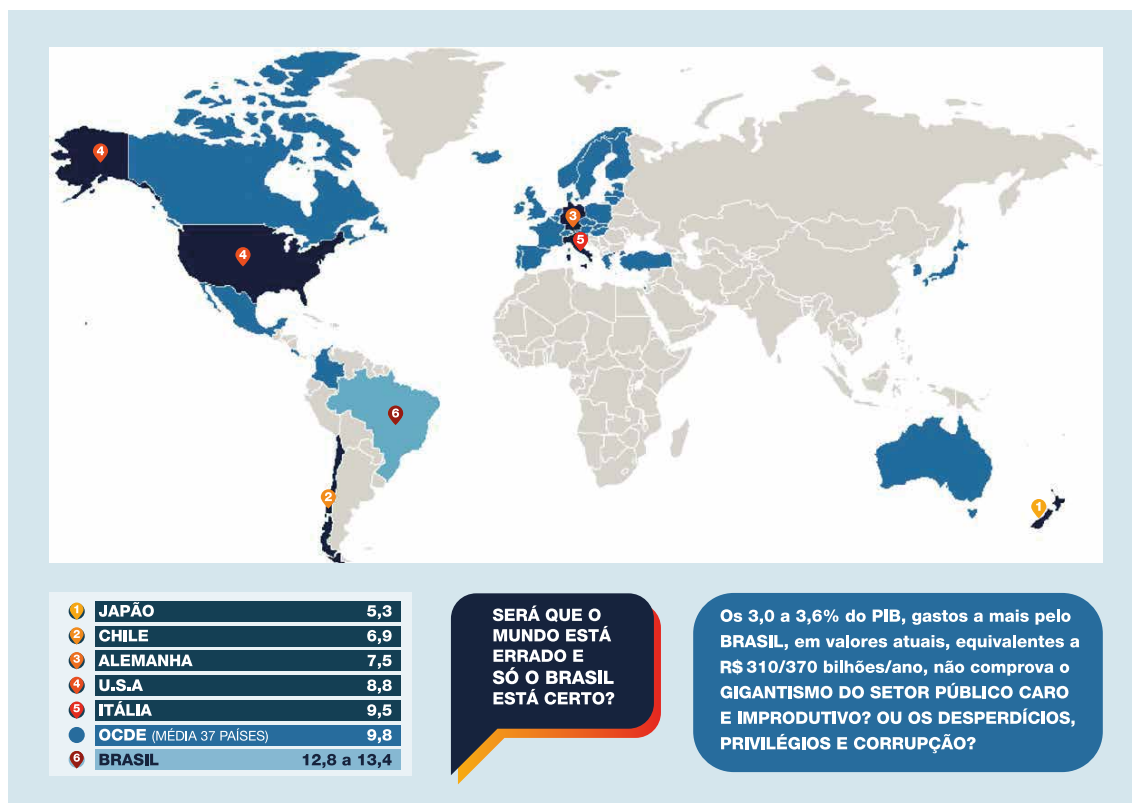
Esses não são, porém, os únicos problemas graves. Outra causa da situação, talvez de maior relevância das últimas duas décadas e de hoje, é o gigantismo do setor público brasileiro.

Os gastos com o funcionalismo público comprometem de 12,8% a 13,4% do PIB nacional. É muito mais do que a média registrada nos 37 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Essa diferença, de 3,0 a 3,6% do PIB equivale, em valores atuais, a R\$ 310 bilhões/R\$ 370 bilhões por ano, montante significativo.

O problema torna-se ainda maior quando se constata que a máquina, além de cara, é improdutiva. Temos no setor público um círculo vicioso de desperdício.

cios, privilégios e corrupção, comprometendo seriamente a eficiência, a qualidade e a agilidade dos serviços oferecidos à população.

Gastos com Funcionalismo Público



PAÍSES	GASTOS COM O FUNCIONALISMO PÚBLICO (% PIB)
JAPÃO	5,3
CHILE	6,9
ALEMANHA	7,5
U.S.A	8,8
ITÁLIA	9,5
OCDE (MÉDIA 37 PAÍSES)	9,8
BRASIL	12,8 a 13,4

SERÁ QUE O MUNDO ESTÁ ERRADO E SÓ O BRASIL ESTÁ CERTO?

FONTES: Poder 360/2018 | Instituto Millenium e CNI.

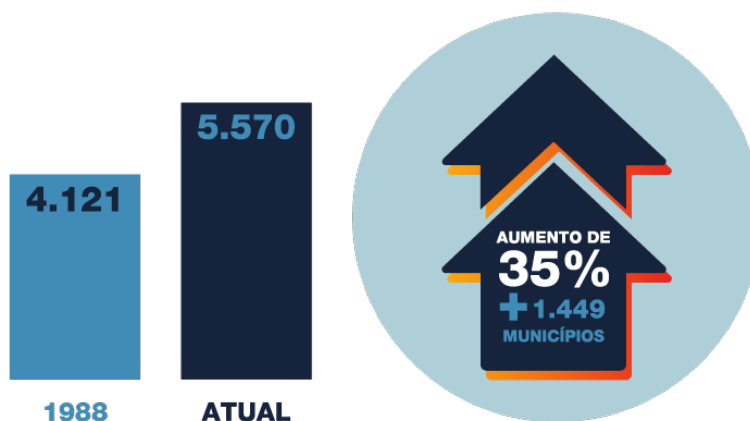
Gigantismo do Setor Público – Onde tudo começou?

É muito difícil afirmar, com precisão, a origem dessa anomalia administrativa. No entanto, é certo que o problema se agravou sobremaneira em razão da farra na criação de novos municípios após a nova Constituição Federal.

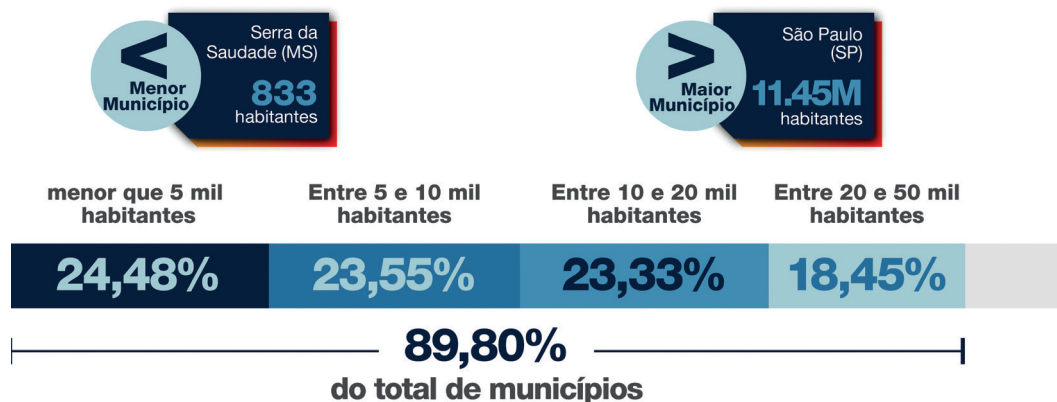
Quando a “Constituição Cidadã” foi promulgada, em 1988, o Brasil tinha 4.121 municípios. Desde então, foram criados outros 1.449 e atualmente são 5.570. Ou seja, houve um aumento de 35%.

Tão grave quanto o surgimento desenfreado de cidades autônomas é o fato de que mais de 80% dos municípios criados após a CF/88 não possuem condições de subsistência sem os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), formado pela cota-parte do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), das participações no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Criação de novos municípios após a CF/88



Tempo	N.º de municípios	Aumento de (35%) 1.449
Atual	5.570	
1988	4.121	



POPULAÇÃO/ MUNICÍPIOS	% DO TOTAL DE MUNICÍPIOS
Menor que 5 mil habitantes	24,48%
Entre 5 e 10 mil habitantes	23,55%
Entre 10 e 20 mil habitantes	23,33%
Entre 20 mil e 50 mil habitantes	18,45%
SUBTOTAL	89,80%
Serra da Saudade (MS) (menor)	833 habitantes
São Paulo (Maior)	11,45 milhões

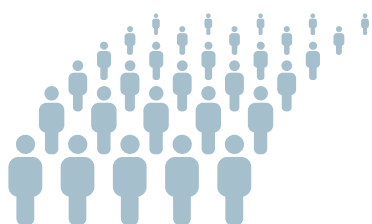
Quase nada se fala a respeito, entretanto, mais municípios significam mais gastos públicos. Há que se considerar que, a cada novo município, são criados os vencimentos do prefeito, do vice, dos secretários, dos vereadores e dos servidores, e as despesas com toda a estrutura administrativa que a prefeitura e a câmara municipal requerem.

Vale a pena lembrar que hoje o número de vereadores e de assessores em todo o Brasil supera 580 mil. Somando-se Executivo e Legislativo e contabilizando-se os ocupantes desses cargos públicos e seus assessores, temos quase 730 mil pessoas custeadas pela máquina pública nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal. O número é infinitamente maior se considerados os funcionários públicos concursados e os ocupantes de cargos em comissão.

TENTATIVA DE DIMENSIONAMENTO DO GIGANTISMO DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

(A) ELEITOS – MANDATOS	NÚMERO
Presidente/Vice-Presidente	2
Governadores e Vices	54
Prefeitos e Vices	11.140
Deputados Federais	513
Senadores	81
Deputados Estaduais	1.059
Vereadores	58.208
	71.057
(B) 1.º ESCALÃO/CÚPULAS	NÚMERO
Ministros/Sec. Executivo	76
Secretários Estaduais (27 x 20)	540
Secretários Municipais (5.570 x 8)	44.560
Câmara Federal – Secretários (513 x 20)	10.260
Senadores/Secretário (81 x 50)	4.050
Deputados Estaduais/Secretários (1.059 x 15)	15.885
Vereadores/Secretários (58.208 x 10)	582.080
	657.451
(C) TOTAL	728.508

Nota: Nas eleições de 2024, talvez tenhamos mais de 25 mil candidatos para prefeitos, 25 mil candidatos para vice-prefeitos e mais de 350 mil candidatos para vereadores.



728.508

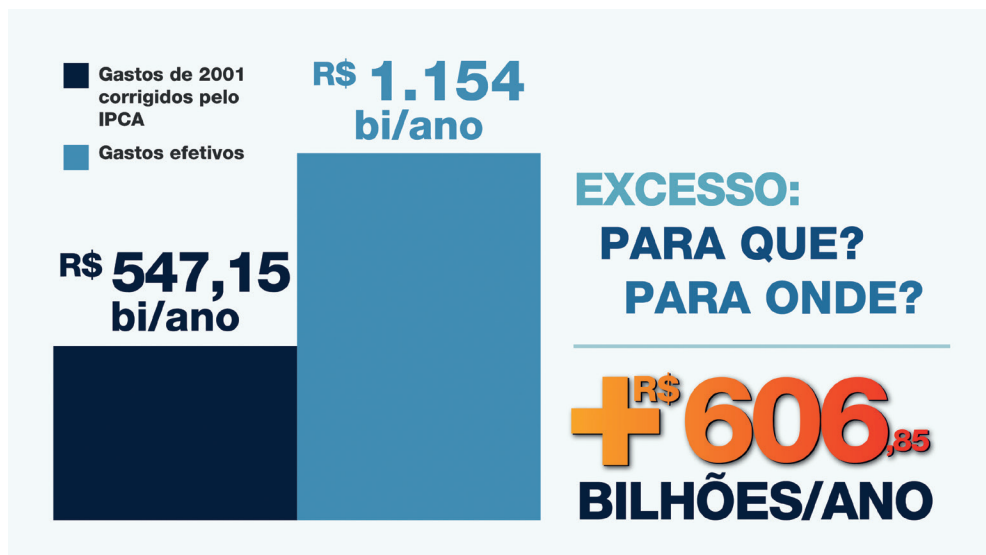
Gastos públicos sem controle

A falta de controle com os gastos públicos, que contraria os princípios da gestão eficiente, não é recente, mas vem se agravando. Dados publicados pelo Ministério da Fazenda em 13/12/2019 e atualizados em 23/01/2020 mostram que, no período de 15 anos, entre janeiro de 2001 e dezembro de 2015 (predominantemente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), os gastos do governo saltaram de R\$ 205 bilhões/ano para R\$ 1.150 bilhão/ano.

O incremento nessas despesas foi de 463%, cerca de 2,77 vezes a inflação do período, medida pelo IPCA, de 166,9% (*Exame* – 13/12/2019 – Instituto Millenium).

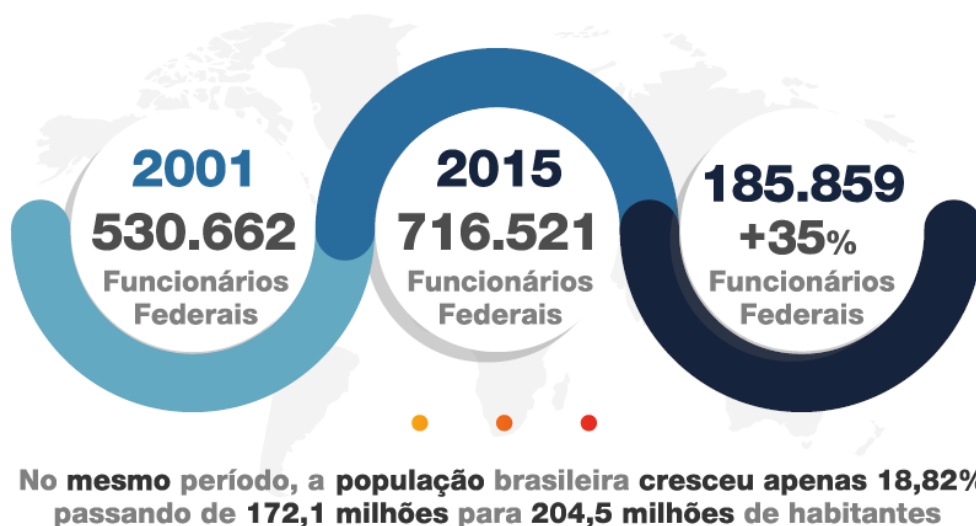
Esse excesso de gastos custou ao país nada menos que R\$ 606,85 bilhões/ano, número que fala por si.

Quanto custou o excesso acima da inflação



	R\$ BILHÕES/ANO	Excesso: PARA QUÊ? PARA ONDE?
Gastos efetivos	R\$1.154,00	
Gastos de 2001 corrigidos pelo IPCA 205 x 2,669	R\$547,15	R\$606,85bi

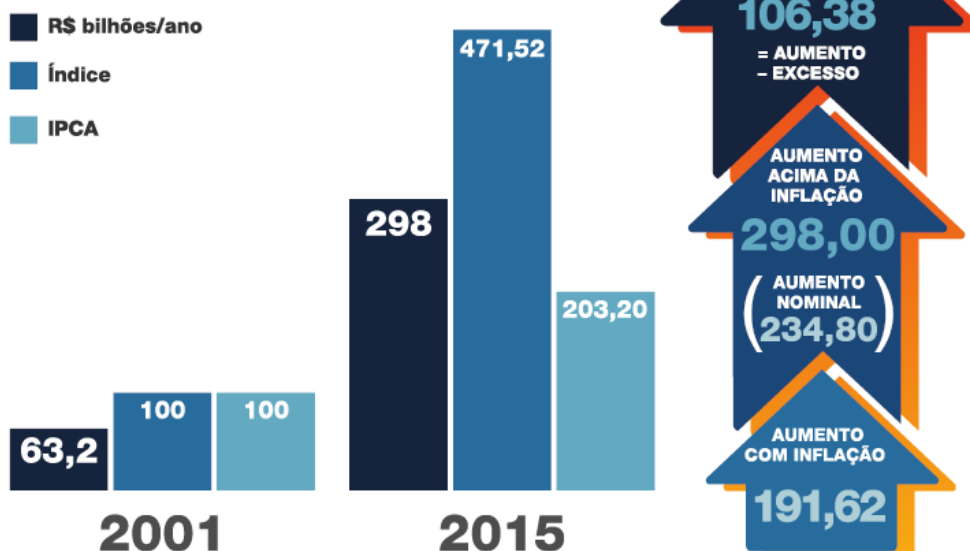
Outra causa do crescimento dessa despesa foi o aumento do número de funcionários públicos federais, que chegou a 35% em 15 anos (de 2001 a 2015). É quase o dobro do aumento da população nesse período: 18,82%.



ANO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS FEDERAIS
2001	530.662
2015	716.521
AUMENTO DE 35%	185.859

O fato é que o país gasta cada vez mais para sustentar uma máquina que ganha dimensões maiores ano após ano. O gráfico a seguir mostra como evoluíram os gastos com o funcionalismo público de 2001 a 2018.

Gastos



FUNCIONALISMO PÚBLICO			I.P.C. A
Gastos	R\$ bilhões/ano	Índice	
2001	63,20	100	100
2018	298,00	471,52	203,2
Aumento Nominal	234,80		
AUMENTO ACIMA DA INFLAÇÃO	298,00		
(63,20 x 3,032) = (191,62)	(191,62)		
Aumento - Excesso	R\$106,38 bilhões/ano		
<p>- PARA QUÊ? PARA ONDE? RESULTADOS?</p> <p>- AQUI COMEÇOU A GRANDE TRAGÉDIA!</p> <p>AFIRMAÇÃO INEQUÍVOCA!</p>			

Os efeitos disso são devastadores. Uma matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* em 29 de janeiro de 2023 mostra que o déficit atuarial previdenciário dos servidores públicos atingiu R\$ 6 trilhões, valor equivalente a 93% da dívida pública líquida. Uma hora a conta vai chegar, e vai custar caro.

Conforme a reportagem, “os governos federal, estaduais e municipais têm dispensado valores crescentes de sua receita líquida para pagar servidores apo-

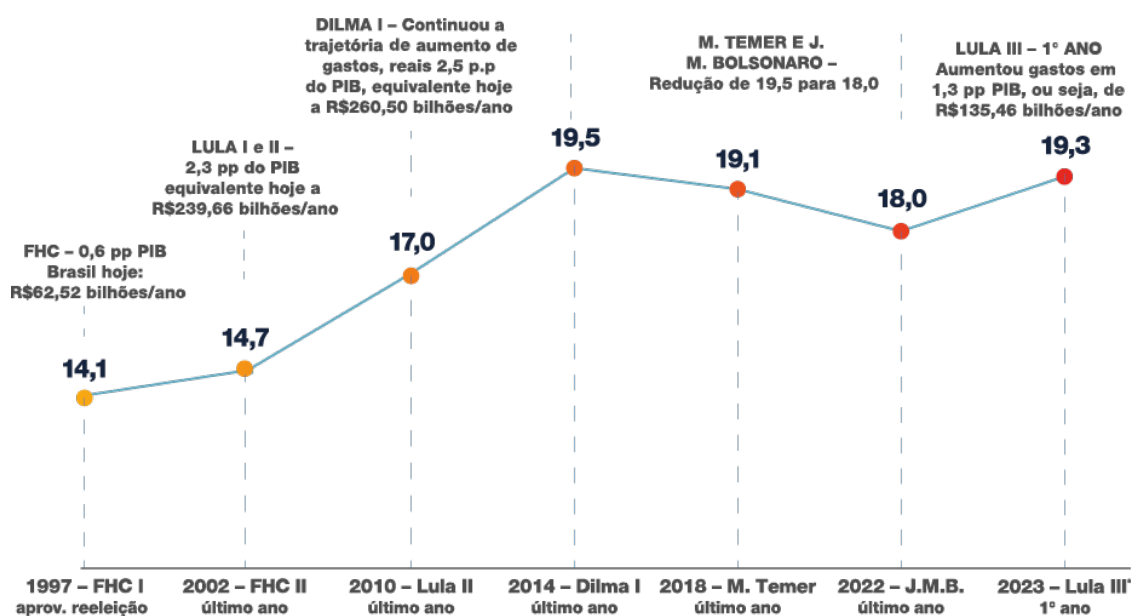
sentados, além daqueles na ativa, sobrando cada vez menos para custear a máquina administrativa e investir”.

Em pouco mais de três décadas, segundo cálculos do especialista em contas públicas Raul Velloso, citados na matéria, a despesa previdenciária da União disparou de 19,2% do total do gasto para 51,8%. Por outro lado, caiu de 33,7% para apenas 3,1% o total que o governo federal dispõe para os gastos discricionários. Resultado: os investimentos relativos a 2023 foram reduzidos de 16% para 0,3%, conforme o jornal.

A situação não é melhor quando se analisa a curva dos gastos primários da União. Em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso, os gastos primários cresceram 0,6 ponto percentual do PIB, o que hoje corresponderia a R\$ 62,53 bilhões/ano. Em 2023, primeiro ano do terceiro mandato de Lula, o crescimento foi mais que o dobro: 1,3 pp do PIB ou R\$ 135,46 bilhões/ano.

Desde 1997 até hoje, os gastos primários da União cresceram em todos os governos. Correspodiam a 14,1% do PIB naquele ano e, em 2023, já consumiam 19,3% do PIB.

Gastos Primários da União

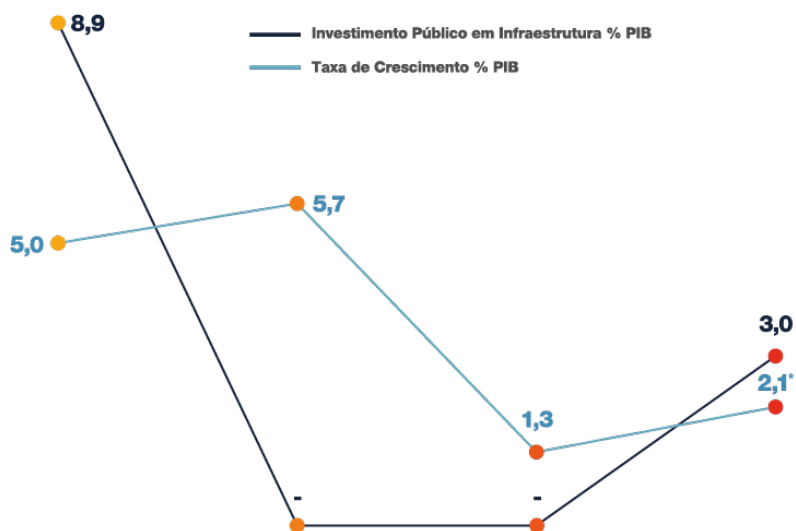


GASTOS PRIMÁRIOS DA UNIÃO		
Ano – Governo	Gastos Primários % PIB	Aumento dos gastos, expressos em pp PIB e R\$ bilhões/ano
1997 (aprovação reeleição) FHC I	14,1	FHC 0,6 pp PIB Brasil hoje: R\$62,52 bilhões/ano
2002 (último ano) FHC II	14,7	LULA I e II 2,3 pp do PIB – equivalente hoje a R\$239,66 bilhões/ano
2010 (último ano) Lula II	17,0	DILMA I Continuou a trajetória de aumento de gastos, reais 2,5 pp do PIB, equivalente hoje a R\$260,50 bilhões/ano
2014 (último ano) Dilma I	19,5	M. TEMER e J. M. BOLSONARO Redução de 19,5% para 18,0%
2018 (último ano) M. Temer	19,1	
2022 (último ano) J.M.B.	18,0	
2023 (1.º ano) Lula III (estimativa)	19,3	LULA III – 1.º ANO Aumentou os gastos em 1,3 pp PIB, ou seja, de R\$135,46 bilhões/ano

Fonte: Tesouro Nacional e FGV IBRE – (Matéria publicada pelo Jornal *Folha de São Paulo*).

Em contrapartida, nas últimas quatro décadas, o investimento público em infraestrutura teve bom desempenho apenas em 1983, caindo vertiginosamente depois, ainda nesse período. Em 1980, correspondia a 5,0% do PIB. Em 2022, foi de apenas 2,1%.

Pior ainda foi o desempenho do PIB que, em 1980, cresceu 8,9% e, em 2022, fechou, segundo estimativas, em aproximadamente 3,0%.



ANO	INVESTIMENTO PÚBLICO EM INFRAESTRUTURA % PIB	TAXA DE CRESCIMENTO % PIB
1980	5,0	8,9
1983	5,7	-
1995	1,3	-
2023	2,1*	3,0

*Nota: União 0,3%, Estados 0,8% e municípios 1,0% – Dados do Tesouro Nacional em matéria publicada pelo Jornal *Folha de São Paulo* em 31.1.2024.

Fonte: Tesouro Nacional; Secretaria de Finanças Estados e Municípios, IBGE e IPEA

Gastos com o Funcionalismo Público

Municipal

4,2% DO PIB do Brasil
3.514/100 custo médio mensal
 R\$ / Funcionalismo

Estadual

5,3% DO PIB do Brasil
7.481/211 custo médio mensal
 R\$ / Funcionalismo

Federal

4,2% DO PIB do Brasil
20.200/570 custo médio mensal
 R\$ / Funcionalismo

GASTOS COM O FUNCIONALISMO PÚBLICO			
Funcionalismo	Gastos Expressos em % do PIB do Brasil	Custo Médio mensal R\$ / Funcionalismo	
Municipal	4,2	3.514	100
Estadual	5,3	7.481	211
Federal	4,2	20.200	570
BRASIL (Total)	13,7		

Fonte: *Gazeta do Povo* – 9/8/2020 – (14h54). Ano Base: 2019

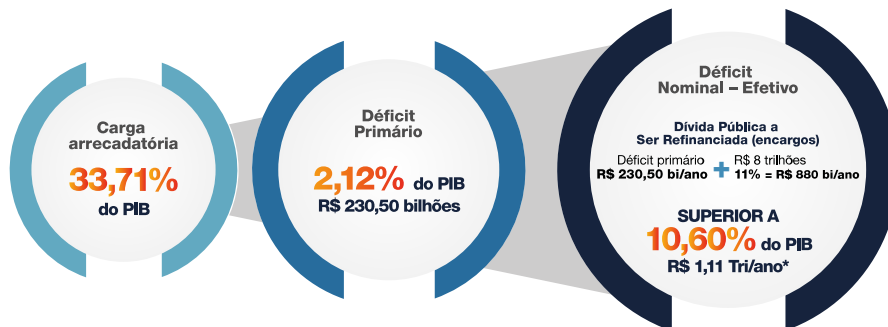


PIB – Per capita Brasil (2023)	US\$ 10.489/ano (R\$ 52.445/ano)
Renda média nacional (IBGE)	US\$ 8.440/ano (R\$ 42.200/ano)
Custo médio do funcionalismo federal (2023)	US\$ 48.480/ano (R\$ 242.400/ano)

Igualmente grave é a questão do déficit público nacional. O país tem uma carga arrecadatória pesada – atinge 33,71% do PIB –, mas não controla gastos. O déficit primário em 2023 foi de 2,12% do PIB, o correspondente a R\$ 230,50 bilhões.

O déficit nominal efetivo é ainda mais assustador: supera 10,0% do PIB, chegando a R\$ 1,11 trilhão/ano.

Déficit Público Brasileiro – 2023



- Carga arrecadatória 33,710% PIB
 - Déficit Primário 2,120% PIB
R\$ 230,50 bilhões – estimado
 - Déficit Nominal – Efetivo SUPERIOR A
Governo Geral 10,60% DO PIB
- Dívida Pública a Ser Refinanciada (encargos)
R\$ 8 trilhões 11% = R\$ 880,00 bilhões/ano
Déficit primário R\$ 230,50 bilhões/ano

Déficit nominal R\$ 1,11 trilhão/ano

Também falta, ao Brasil, efetivo e austero controle da dívida pública, sem o qual o crescimento do país fica irremediavelmente comprometido.

Tomando-se por base o PIB estimado, em 2023, a dívida pública brasileira deverá ficar entre 74,7% e 76,0% do PIB. A estimativa é que, em 2024, esse percentual cresça e fique entre 78,0% e 78,1% do PIB. Para 2025, a estimativa é ainda mais negativa, devendo ficar entre 80,4% e 81,0% do PIB. Isso significa mais pagamentos de juros ao sistema financeiro.

Dívida Pública – Governo Geral



SEGUNDO BOLETINS FOCUS, PRISMA FISCAL E PODER 360	
ANO	% PIB (estimado)
2023	74,7% a 76,1%
2024 (estimativa prevista)	78,0% a 78,1%
2025 (estimativa prevista)	80,4% a 81,0%

Sem austeridade e equilíbrio fiscal é impossível para o país desenvolver um projeto social sério e eficiente. E, assim, o Brasil não caminha para pelo menos diminuir as desigualdades sociais.

Gigantismo do Setor Público brasileiro

A conclusão óbvia é que o setor público não cabe mais no PIB do Brasil.

Não é para menos. As despesas com o funcionalismo público correspondiam, em 2022, a 12,80% do PIB. É mais do que a soma dos gastos com educação, saúde e saneamento, que totalizam 9,63% do PIB.

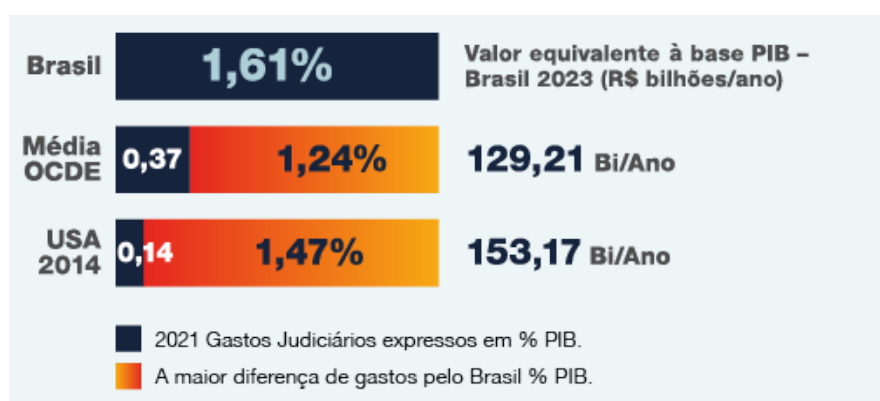


BRASIL 2022	% PIB
Gastos com Educação	5,50%
Gastos com Saúde	3,90%
Saneamento	0,23%
	9,63%
Funcionalismo Público	12,80%

Fontes: Instituto Millenium e CNI.

ALGUMA COISA MUITO ERRADA ACONTECEU E PRECISA DE CORREÇÃO

Poder Judiciário



PAÍSES	2021 GASTOS JUDICIÁRIOS EXPRESSOS EM % PIB	DIFERENÇA A MAIOR GASTO PELO BRASIL % PIB	VALOR EQUIVALENTE BASE PIB – BRASIL 2023 (R\$ BILHÕES/ANO)
BRASIL	1,61	-	-
REINO UNIDO	0,44	1,17	121,91
ESPAÑA	0,38	1,23	128,17
ALEMANHA	0,38	1,23	128,17
PORTUGAL	0,35	1,26	131,29
ITÁLIA	0,34	1,27	132,33
AUSTRÁLIA	0,33	1,28	133,38
SUÍÇA	0,29	1,32	137,54
HOLANDA	0,27	1,34	139,62
FRANÇA	0,25	1,36	141,72
Média 37 países OCDE	0,37	1,24%	129,21

Fonte: FMI, OCDE e Tesouro Nacional.

MATÉRIA PUBLICADA PELOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E O ESTADO DE SÃO PAULO, EM 25.1.2024

USA (2014)	0,14	1,47%	153,17
-------------------	-------------	--------------	---------------

Fonte: Poder 360.

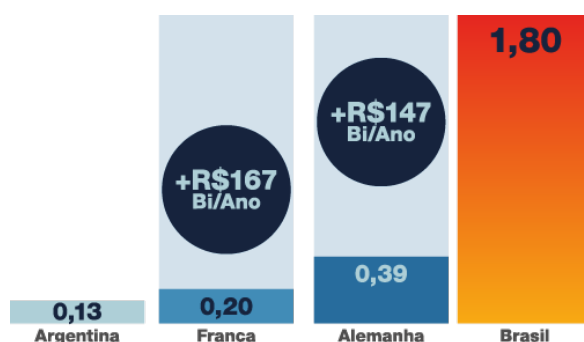
Judiciário, poder essencial, porém custoso

Há uma outra torneira aberta e pela qual são jorrados recursos públicos em demasia. Trata-se do Poder Judiciário, essencial em seu papel constitucional, mas que consome o equivalente a 1,61% do PIB, conforme mostraram reportagens dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, publicadas em 24 de janeiro de 2024, com base em análise feita pelo Tesouro Nacional. Isso é quatro vezes mais que a média internacional (0,4%) dos 53 países analisados pelo Tesouro Nacional.

As reportagens também mostram que, em 2021, o país gastou R\$ 159,7 bilhões com esse poder, dos quais 82,2% foram para a remuneração de magistrados e servidores. Esse número era de R\$ 132,34 bilhões em 2010. Para efeito de comparação, a França gasta com isso 0,25% do PIB, a Itália 0,34%, Portugal 0,35%, a Alemanha e a Espanha gastam 0,38%, o Reino Unido 0,44%.

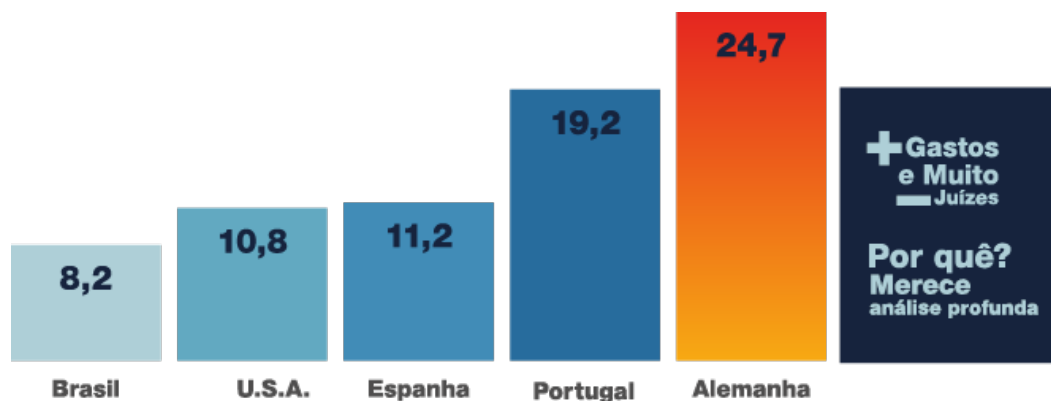
Em valores nominais, é mais da metade do investimento em policiamento, que somou R\$ 114 milhões naquele ano, apesar de a violência urbana ser um dos mais graves problemas nacionais. (Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50533&maxTouch=0&anchor=6489545&p-d=1b4bb9633fdb955e75377f5c93202bbb>).

Luciano da Ros, professor de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, já havia alertado para essa questão ao analisar os gastos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia Pública em matéria publicada no dia 15 de janeiro de 2023 pelo *site* www.gazetadopovo.com.br (quadro abaixo).



PAÍSES	GASTOS DO P. JUDICIÁRIO + MIN. PÚBLICO + ADVOCACIA PÚBLICA (% PIB)
ARGENTINA	0,13
FRANÇA	0,20
ALEMANHA	0,39
BRASIL	1,80
DIFERENÇA: BRASIL GASTANDO A MAIS	
FRANÇA	R\$ 167 bilhões/ano
ALEMANHA	R\$ 147 bilhões/ano

Esse cenário fica ainda mais sombrio quando se constata que o Brasil gasta mais que muitos outros países com o Judiciário, embora possua número menor de juízes por grupo de 100 mil habitantes.



PAÍSES	NÚMERO DE JUÍZES/ 100.000 habitantes
BRASIL	8,2
U.S.A.	10,8
ESPAÑHA	11,2
PORTUGAL	19,2
ALEMANHA	24,7
MAIS GASTOS E MUITO MENOS JUÍZES POR QUÊ? MERECE ANÁLISE PROFUNDA	

Uma das razões do custo elevado do sistema de justiça brasileiro foi revelada pelo jornal *O Estado de São Paulo* na edição de 14 de janeiro de 2024. A reportagem mostra que os procuradores dos Ministérios Públicos Estaduais estão sujeitos ao teto constitucional de R\$ 41,6 mil mensais – quase 30 vezes o salário-mínimo atual –, porém quase metade deles chega a receber até R\$ 200 mil por mês, o que corresponde a 141,6 salários-mínimos.

O desrespeito ao teto constitucional é garantido por uma série de penduricalhos, como auxílios diversos, licenças-prêmio etc. A situação é tão esdrúxula que 75% dos procuradores de Justiça recebem mais que um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte do país.

Resultados pífios na qualidade de vida

Esgotada a comprovação do gigantismo do setor público, faz-se necessário analisar o impacto dessa realidade na população brasileira.

Partimos, então, para o exame de indicadores oficiais, internacionais e absolutamente relevantes, traçando um quadro evolutivo da situação nacional ao longo do tempo.

Índice de Desenvolvimento Humano

Primeiramente, cabe a análise do desempenho brasileiro no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que compara indicadores de países e seus territórios nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar da população, especialmente das crianças.

Nas últimas quatro décadas, o Brasil vem caindo nesse *ranking*, o que significa a seguida deterioração da qualidade de vida da maioria da população (**Fonte:** <https://countryeconomy.com/democracia/idh-brasil>).

Saímos da 72.^a posição em 2002 e estamos agora na 87.^a colocação, uma situação ruim quando comparada, inclusive, com outros países da América do Sul.



ANO	ÍNDICE	RANKING MUNDIAL
1990 (logo após CF/88)	0,613	77. ^a
2002 (último ano FHC)	0,699	72. ^a
2010 (último ano Lula)	0,727	88. ^a
2016 (último ano Dilma)	0,756	84. ^a
2022	0,744	87. ^a
AMÉRICA DO SUL		
CHILE (LÍDER)	0,855	42. ^a
URUGUAI	0,809	58. ^a
BRASIL	0,744	87. ^a

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022 – PNUD/ONU.

Desigualdade socioeconômica

A situação nacional não é melhor quando se trata do Coeficiente de Gini, indicador que reflete a desigualdade socioeconômica dos países e territórios, mensurando a distribuição de renda entre as populações.

De acordo com o Relatório Global/*Wealth Report* 2023, o Brasil mais uma vez ocupa a desonrosa posição de nação líder em concentração de renda. Há décadas o país está estagnado entre as seis piores posições dos mais de 191 países analisados.











PAÍSES	% DAS RIQUEZAS DETIDAS NAS MÃOS DE 1% DA POPULAÇÃO
BRASIL	48,4
ÍNDIA	41,0
U.S.A.	34,3
CHINA	31,1
ALEMANHA	30,0

Lanterna em bem-estar social

É fundamental medir o retorno à população dos tributos arrecadados sob a forma de serviços fundamentais como saúde, educação, saneamento, habitação e segurança, dentre outros.

O Índice de Retorno do Bem-Estar Social – Irbes é o indicador de referência mundial. É obtido a partir do valor numérico efetivo da carga tributária do país, com uma ponderação de 15% do valor do IDH, que recebeu uma ponderação de 85%, medindo o grau de desenvolvimento em relação à educação, à saúde e à renda em determinada região. No Irbes de 2021, *ranking* com os 30 países

do mundo com maior carga tributária, o Brasil aparece em último lugar. Isto é, possui a pior equação entre valores arrecadados e serviços que geram bem-estar à sociedade.

30 PAÍSES DE MAIOR ECONOMIA		
	PAÍSES – 2021	ÍNDICE
	IRLANDA (LÍDER)	169,43
	ESTADOS UNIDOS	165,26
	COREIA DO SUL	159,35
	JAPÃO	156,67
	ISRAEL	156,25
	REINO UNIDO	154,08
	ALEMANHA	150,89
	BRASIL - 30ª Posição – (Lanterna) estagnado há décadas	139,19

30°
BRASIL (Lanterna)
 Estagnado há décadas

Fonte: Invest News/IBPT/2021

Corrupção, mal enraizado

Produzido pela Transparência Internacional desde 1995, o índice de Percepção de Corrupção é o principal indicador de corrupção no mundo. Nele, são avaliados 150 países, sendo a situação brasileira é vexatória.

Em apenas 10 anos, entre 2012 e 2022, o Brasil perdeu 25 posições no *ranking*, caindo da nada confortável 69.^a posição para a 94.^a colocação. O mau desempenho nesse quesito continua. Uma matéria, publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 29 de janeiro de 2024, revela que o país desceu mais 10 posições, passando a ocupar o 104.^o lugar no levantamento mundial. Mais uma prova de que esse é um problema endêmico e de que o país continua sendo leniente no combate a esse mal antigo que consome entre 2,0% e 2,3% do PIB, segundo cálculos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp, da Confederação Nacional das Indústrias – CNI e dos organismos internacionais. Isso corresponde, em valores atuais, a R\$ 208/R\$ 250 bilhões por ano, ou seja, nada menos que 7,4% do total da arrecadação tributária do país.

PAÍSES	PONTUAÇÃO	POSIÇÃO NO RANKING	
DIANAMARCA	90	1. ^a	OS MAIS HONESTOS (SETOR PÚBLICO)
FINLÂNDIA	87	2. ^a	
NOVA ZELÂNDIA	87	3. ^a	
NORUEGA	84	4. ^a	
SINGAPURA	83	5. ^a	
HOLANDA	80	8. ^a	
ALEMANHA	79	9. ^a	
IRLANDA	77	10. ^a	
BÉLGICA	73	18. ^a	
REINO UNIDO	73	18. ^a	
FRANÇA	72	21. ^a	
BRASIL E PARCEIROS DO INFORTÚNIO			
• ARGENTINA	35	94. ^a	
• ETIÓPIA	35	94. ^a	
• MARROCOS	35	94. ^a	
• TANZÂNIA	35	94. ^a	
• BRASIL	36	104. ^a	
MÉDIA MUNDIAL	43		
MÉDIA BRICS	39 PONTOS		
G-20	53 PONTOS		
O. C. D. E.	66 PONTOS		
Entre 2012 e 2023, o Brasil perdeu 35 posições, saindo da não confortável 69.^a posição para a deplorável 104.^a posição.			



Um país reprovado em Educação

Inexiste motivo também para o Brasil se orgulhar de seus resultados na educação, setor primordial para o desenvolvimento de uma nação. No Pisa-2022, o Brasil ficou na 65.^a posição do *ranking* que engloba 81 países.

Esse estudo comparativo internacional que avalia o desempenho dos estudantes mostrou que 7 em cada 10 brasileiros de 15 anos não são capazes de resolver os mais simples problemas de Matemática.

Nosso desempenho é sofrível, inclusive no âmbito da América Latina, onde ocupamos apenas a 8.^a posição, bem atrás de países como Chile, Uruguai, Costa Rica e México.

Falta qualidade no ensino, além de investimento. Segundo o último Relatório do Monitoramento de Lei, elaborado em 2022 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, o investimento brasileiro em Educação chegava a 5,5% do PIB (sendo de 5,0% do PIB em educação pública). Por lei e pelo Plano Nacional de Educação – PNE, o Brasil deve investir, pelo menos, 10% do PIB em Educação até 2024. Com o ano de 2024 em andamento, os indícios são de que, mais uma vez, o compromisso não será cumprido.

Há claros sinais de que a educação não é prioridade para o governo. De acordo com um deles, em 2022, segundo dados do Tesouro Nacional divulgados em 30 de janeiro de 2023, os gastos da União em manutenção e desenvolvimento do ensino somaram R\$ 84 bilhões, o que corresponde a apenas 0,83% do PIB e equivale a 6,70% da receita corrente líquida da União.

Outros indicadores preocupantes reafirmam a debilidade das políticas públicas para o setor. Eles estão, por exemplo, no recente relatório da OCDE, divulgado em parte pela Rádio USP, em 26 de setembro de 2023. Segundo esse estudo, o Brasil possui o 6.º pior índice mundial de jovens entre 18 e 24 anos que nem estudam nem trabalham (a chamada geração nem-nem). Esse número chega a 25% dessa faixa etária, enquanto a média dos países da OCDE não ultrapassa 15%.

Violência urbana

A violência urbana aparece entre os principais problemas do país em todas as pesquisas realizadas com a população. Não se trata de falsa sensação. O Brasil lidera o *ranking* de países com maior número de homicídios no mundo, em números absolutos, segundo o Estudo Global sobre Homicídios – 2023, divulgado pela Organização das Nações Unidas – ONU em 9 de setembro de 2023.

Nenhuma novidade. Em 2021, o país registrou mais de 47 mil homicídios, seguido de perto pela Nigéria, que teve 44 mil homicídios no ano e possui população maior (215 milhões), e pela Índia, com 41 mil homicídios e população superior a 1,4 bilhão de pessoas.

O Brasil está perdendo a guerra para as milícias e facções criminosas, com nítido avanço do tráfico de drogas e de armas, visto que as políticas públicas não se mostram eficientes. Preocupado em ser protagonista na resolução de conflitos internacionais, o Brasil não consegue sequer enfrentar suas guerras internas, fazendo papel de coadjuvante.

Acidentes fatais

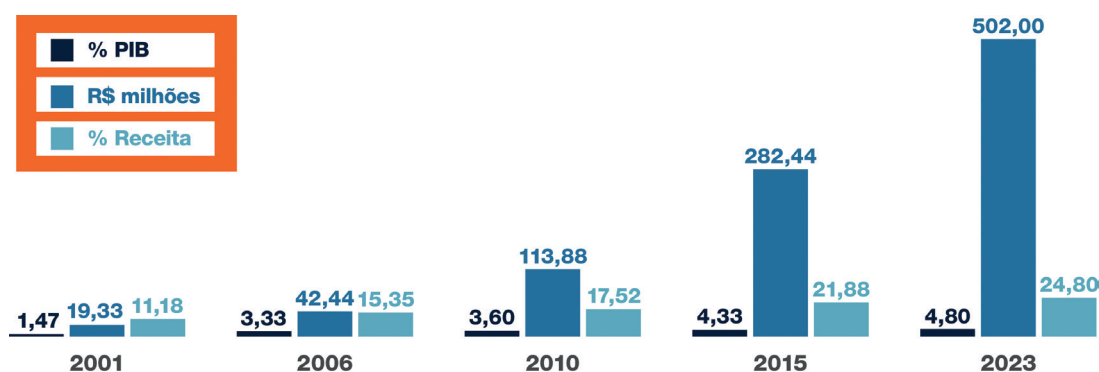
Todos os anos, o Brasil perde de 44 mil a 45 mil vidas em acidentes fatais. O país ocupa a segunda posição nesse ranking trágico. E as vítimas são, em sua maioria, jovens.

Gastos tributários da União

O país precisa atentar, de uma vez por todas, para a questão dos gastos tributários da União, gastos indiretos do governo, realizados por intermédio do sistema tributário, visando atender os objetivos econômicos e sociais.

Esses objetivos foram determinados pela CF/88: as reduções das desigualdades regionais e sociais (Arts. 3º, 43, 145, 150, 151, 155 e 165, parágrafos 6.º e 7.º).

Os dados oficiais mostram que as Renúncias Fiscais da União, inclusive os gastos tributários, ou seja, o quanto o Governo deixou de arrecadar em reduções tributárias, saltaram de R\$ 431 bilhões em 2002 (12,8% PIB) para R\$ 1,03 trilhão em 2015 (17,5% do PIB). (**Fonte:** <https://g1.globo.com> >2016/06, de 02/06/2016).



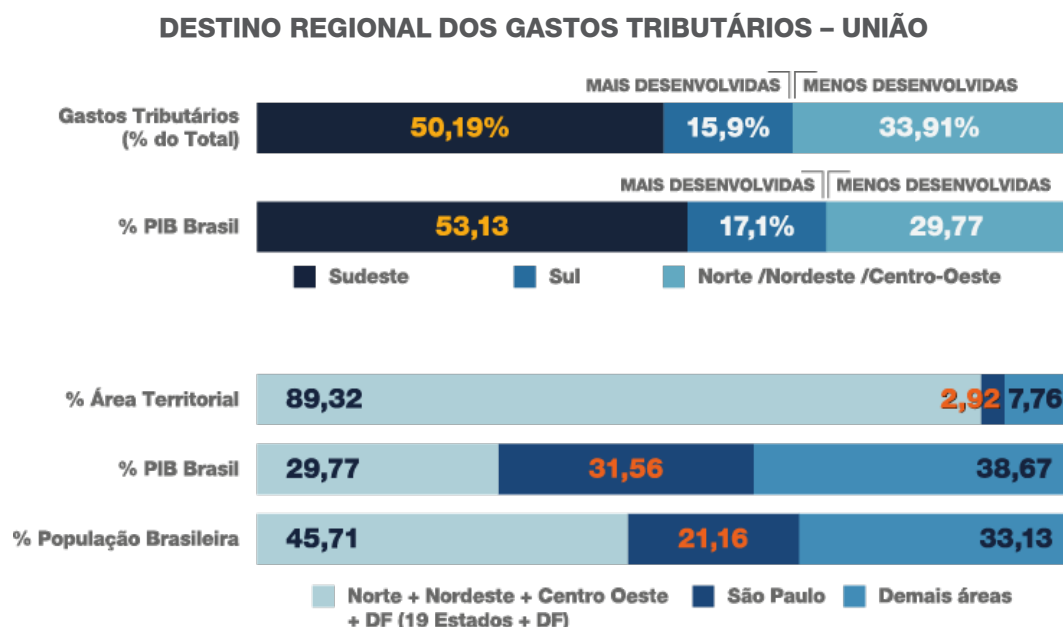
ANO	GASTOS TRIBUTÁRIOS - UNIÃO		
	% PIB	R\$ milhões	% Receita
2001	1,47	19,33	11,18
2006	3,33	42,44	15,35
2010	3,60	113,88	17,52
2015	4,33	282,44	21,88
2023 (estimado)	4,80	502,00	24,80

Fonte: Sec. Receita Federal/Brasil, elaboração Seae/MF.

Como dito, os gastos tributários cresceram, porém não se prestaram a cumprir o papel determinado pela CF/88 de contribuir para a redução das

desigualdades regionais. Isso porque os governos continuam privilegiando as regiões mais desenvolvidas, em vez de atender às regiões mais carentes.

Desigualdades regionais



REGIÕES	GASTOS TRIBUTÁRIOS (% do Total)	% PIB BRASIL
MAIS DESENVOLVIDAS		
• SUDESTE	50,19%	53,13%
• SUL	15,90%	17,10%
SUBTOTAL	66,09%	70,23%
MENOS DESENVOLVIDAS		
• NORTE /NORDESTE /CENTRO-OESTE	33,91%	29,77%
BRASIL - TOTAL	100,00%	100,00%
	% ÁREA TERRITORIAL	% PIB BRASIL
Regiões Norte + Nordeste + Centro-Oeste + DF (19 Estados + DF)	89,32%	29,77%
• S. PAULO	2,92%	21,16%

A análise dos dados deixa patente que os governos dos últimos 30 anos fracassaram no processo de redução das desigualdades regionais. O Brasil segue padecendo de atrofias demográficas, econômicas e sociais, penalizando parcela significativa de sua população.

A pobreza persiste

O Brasil é um país repleto de riquezas naturais no qual vive um povo pobre. Cerca de 43 milhões de pessoas (21% da população) não têm renda de trabalho. Mais de um quarto dos brasileiros (29,65%) vive em lares com renda média domiciliar per capita de ½ salário-mínimo, ou seja, R\$ 706,00. Essa situação é ainda pior no Norte (44,9% da população) e no Nordeste (45,5%).

Um salário-mínimo (R\$ 1.412,00) é a renda per capita de 60,1% dos brasileiros, isto é, de 125 milhões de pessoas. Outros 66 milhões (31,8% da população) vivem com mais de 1 e menos de 3 salários-mínimos *per capita*/mês. São números estarrecedores, extraídos da Síntese de Indicadores Sociais do Brasil – 2023.

De acordo com dados do IBGE, que adota os mesmos critérios da ONU, a nação convive naturalmente com as tristes linhas de pobreza US\$ 6,85/dia (R\$ 1.007,00/mês) e de extrema pobreza de US\$ 2,15/dia (R\$ 316,00/mês).

Em 12 dos 16 Estados das regiões Norte e Nordeste, as condições da população são críticas. Neles, há mais pessoas recebendo o benefício social do Bolsa Família do que cidadãos com carteira de trabalho assinada. As exceções são os Estados do Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Tocantins.

Diante de situação tão dramática, infere-se que todos os governantes dos últimos 30 anos foram reprovados e, conseqüentemente, deixaram o país em permanente estágio de recuperação.

O esgarçamento do tecido social brasileiro, as enormes e insuportáveis injustiças sociais e regionais, a falta de políticas públicas consistentes e transparentes e a falta de um Plano Nacional de Metas, não dão a ninguém (governantes ou não) o direito de acreditar que tudo pode ser tratado por meio do silêncio da sociedade, por todo tempo, e que basta tratar as grandes doenças nacionais com terapia espasmódica ou com analgesia.

Precisamos, acima de tudo, reconhecer nossos erros e admitir que não é o melhor caminho administrar o país com auxílios e bolsas assistencialistas, amparados por propaganda, publicidade e ufanismos, distinguindo alguns segmentos da sociedade civil que têm a capacidade de aglutinar simpatizantes – imprensa, artistas e intelectuais – e ajudar a governar, com poucos recursos e alguma generosidade com a Lei Rouanet. Esse modelo já não produz efeitos positivos.

A tragédia brasileira em três atos

A tragédia brasileira, que aflige a grande maioria dos 203 milhões de cidadãos, está formatada em três atos. O primeiro é o gigantismo do setor público; o segundo é o excesso de gastos tributários sem objetivar a redução das desigualdades regionais e sociais; o terceiro, é a corrupção que sangra os cofres públicos e alimenta a falsa sensação de que o crime compensa.

A grandiosidade dessa tragédia não comporta aventuras nem soluções espasmódicas. Ela exige decisões políticas baseadas em muito planejamento para evitar a transformação da tragédia em farsa.

**CORRUPÇÃO ESTIMADA – FIESP / CNI e ORGANISMOS INTERNACIONAIS -
TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL EXCESSO EVITÁVEL**

**2,0% PIB X R\$ 10.400 Bi
= R\$208 Bi/Ano**



No entanto, essa não precisa ser uma realidade imutável. Existem caminhos possíveis para o Brasil eliminar seus entraves ao desenvolvimento e se transformar em uma nação menos desigual social, regional e economicamente.

Apesar de tudo, um país viável

A agenda proposta para mudar a realidade nacional passa, necessariamente, por uma reforma política ampla que inclua o fim da reeleição para cargos

do Poder Executivo, e a proibição de que esposas/maridos/irmãos/pais/cunhados sejam candidatos a vice-presidente da República, governador, prefeito e suplente de senador na mesma chapa de seus parentes.

A reforma também precisa tornar imprescritíveis os crimes praticados contra a administração pública, com afastamento imediato do cargo após determinada fase do devido processo legal, além da inelegibilidade e inabilitação para o exercício de cargo ou função pública por 10 ou 15 anos após condenação ou enquanto durar o afastamento.

Também é necessária mudança legislativa para que os membros dos Tribunais de Contas (da União, dos Estados e dos municípios) sejam selecionados por meio de concurso público coordenado por entidade independente.

É urgente, ainda, estabelecer quarentena para todos os ex-ocupantes dos cargos de presidente e vice-presidente da República, governador do Estado, prefeito e vice-prefeito, para os membros das cortes superiores da Justiça e para os membros dos Ministérios Públicos.

Abolir todo e qualquer sigilo sobre remunerações pagas com recursos públicos também é fundamental, em nome da transparência e da moralidade.

Outra medida inadiável é proibir o aumento dos gastos com funcionalismo em todos os poderes da República em percentual superior à inflação acumulada nos 12 meses anteriores e, mesmo assim, em intervalo inferior a três ou quatro anos.

O País ainda exige a redução expressiva dos custos das eleições e total transparência de todos os órgãos públicos. Pois, como ensinou Louis Brandeis, ex-membro da Suprema Corte dos Estados Unidos, *a luz do sol é o melhor desinfetante*.

O Brasil não é apenas viável, é *muito* viável. Apesar do histórico, não tem vocação para perpetuar tantas injustiças e desigualdades em nome de permissão da manutenção dos privilégios dos donatários das novas capitânias hereditárias do Século XXI, em detrimento de 175 milhões de brasileiros (85% da população).

Precisamos, de uma vez por todas, abandonar tudo o que não deu certo nos últimos 30 anos e buscar o equilíbrio, ao invés de tentar os ajustes necessários somente pela via do aumento de arrecadação e aumento de carga tributária, controlando e reduzindo os gastos públicos.

É oportuno enfatizar a necessidade de seguirmos os ensinamentos do senador romano Marco Túlio Cícero e do filósofo florentino Nicolau Maquiavel.

Marco Túlio Cícero, no ano 55 a.C.:

O Orçamento deve ser equilibrado, o Tesouro Público deve ser repostado, a dívida pública deve ser reduzida, a arrogância dos funcionários públicos deve ser moderada e controlada, e a ajuda a outros países deve ser eliminada, para que Roma não vá à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver às custas do Estado!.

Nicolau Maquiavel (1469-1527):

1. *UM POVO QUE ACEITA PASSIVAMENTE A CORRUPÇÃO E OS CORRUPOTOS NÃO MERECE A LIBERDADE. MERECE ESCRAVIDÃO.*
2. *UM PAÍS CUJAS LEIS SÃO LENIENTES E BENEFICIAM BANDIDOS, NÃO TEM VOCAÇÃO PARA LIBERDADE. SEU POVO É ESCRAVO POR NATUREZA.*
3. *UMA PÁTRIA, ONDE RECEBER DINHEIRO MAL HAVIDO A QUALQUER TÍTULO É ALGO NORMAL, NÃO É UMA PÁTRIA, POIS NESTE LUGAR NÃO HÁ PATRIOTISMO, APENAS INTERESSE E APARÊNCIAS.*

A tragédia brasileira em três atos vem consumindo o expressivo montante superior a R\$ 1 trilhão/ano:



Se implantada uma ampla reforma política, incorporando, entre muitas outras, as sugestões apresentadas, e com o corte de apenas 50% dos três

excessos citados acima, seria perfeitamente factível liberar o montante de R\$ 500 bilhões/ano. Uma extraordinária receita para ampliar os investimentos em setores prioritários:



Com isso, o Brasil poderia voltar a sonhar em se tornar uma nação mais próxima dos desejos de nossos constituintes, especialmente em relação aos incisos I e III do art. 3º da CF/88:

Art. 3.º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

(...)

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Seríamos, certamente, um país diferente e melhor, com condições de vida mais dignas aos cidadãos. Todos ganhariam e nós seríamos respeitados no mundo.

Os dois autores nasceram acreditando e se mantêm assim. Acreditamos no Brasil e no povo brasileiro.

ANEXOS

BRASIL FANTÁSTICO

Agrobusiness Brasileiro (2023)

- A. 26 a 30% do PIB Brasil (\pm US\$600 bilhões) (US\$2.130 Bilhões);
- B. 49 a 50% das exportações brasileiras (US\$166,55 bilhões);
- C. 150% do saldo da balança comercial (US\$150 bilhões) – saldo Brasil: US\$ 98,84 bilhões;
- D. 30% dos empregos formais;
- E. 40% da produção mundial de soja (complexo);
- F. 50% da produção mundial de açúcar;
- G. 30% da produção mundial de café;
- H. 80% da produção mundial de suco de laranja;
- I. 25% da produção mundial de carne bovina;
- J. 30% da produção mundial de carne de frango.

**BRASIL – POTÊNCIA MUNDIAL DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
(BRASIL: 2,6% DA POPULAÇÃO MUNDIAL)**

Vergonha – Governantes dos últimos 30 anos reprovados

1. 60,2% da população tem renda mensal inferior a 1 salário mínimo (R\$ 1.412,00 = US\$ 285,00/mês);
2. 32% da população tem renda mensal inferior a 3 salários mínimos (R\$ 4.236,00/mês = US\$ 850/mês);
3. 21% da população não tem renda nenhuma de trabalho;
4. 36% dos jovens 18-24 anos não estudam e nem trabalham.

HORROR! TRISTE!

O OUTRO BRASIL – ÚLTIMOS 30 ANOS (VERGONHOSO)

1. Taxa Média de Crescimento Anual do PIB

1956/1961: 8,06% a.a.; 1964/1968: 6,05%; 1989/2023: 2,11%.

2. PIB Brasil – Perda de participação no PIB mundial (%)

1980: 4,30%; 1990: 3,60%; 2000: 3,50%; 2023: 2,31%
2023/1990: 35,8% – Perda de participação.

3. Carga Tributária Bruta (% PIB)

1988: 22,4%; 2023: 33,7%; Aumento: 50%.

4. IDH (*ranking* mundial) – posição Brasil

1990: 77.^a posição; 2002: 72.^a; 2010: 88.^a; 2022: 87.^a.

5. GINI (posição *ranking* mundial)

Estagnado há décadas entre as 6 piores posições.

6. IRBES (posição *ranking* países com maiores cargas tributárias)

Brasil estagnado na lanterna há décadas – 30.^a posição no *ranking* de 30 países.

7. PISA (*ranking*)

Brasil estagnado em posição deprimente.

PISA 2022: 66.^a posição.

8. Corrupção – índice de percepção – transparência internacional

Entre 2012 e 2022, o Brasil perdeu 25 posições e, em 2023, perdeu mais dez posições, como antes (2012): 69.^a posição; 2023: 104.^a posição.

BRASIL: PORQUE RESULTADOS NÃO SATISFATÓRIOS NOS ÚLTIMOS 30 ANOS (TRAGÉDIA – 3 ATOS)

Gigantismo do Setor Público

N.º de municípios: 1988: 4.121; Atual: 5.570.

Aumento: 1.449 novos municípios.

71,36% têm menos de 20 mil habitantes.

71.057 pessoas têm mandatos (eleitos).

Cerca de 750.000 pessoas – 1.º escalão e assessores e secretários.

2001/2015: Número de servidores federais.

Aumento: 35%.

Aumento população: 18-19%.

Custo Máquina Pública (Gastos Primários)

1997 (FHC)	14,1% PIB
2002 (FHC)	14,7% PIB
2010 (LULA)	17,0% PIB
2014 (DILMA)	19,5% PIB
2022 (JMB)	18,0% PIB
2023 (LULA III)	19,3% PIB

Custo Funcionalismo Público (% PIB)

Brasil	12,8%
Japão	5,3%
Alemanha	7,5%
Itália	9,5%
OCDE (Média)	9,8 %

Custo Judiciário

Brasil	1,61%	+ 1,24 pp. PIB + R\$ 131 bilhões/ano
Reino Unido	0,44%	
Alemanha	0,38%	
Itália	0,34%	
OCDE (Média)	0,37%	

2. Corrupção (Estimativas internacionais, FIESP e CNI)

ENTRE 1,5 – 2,5% PIB
R\$150-260 Bi/Ano

3. Gastos tributários – Renúncias fiscais (União), via sistema tributário

2001	1,47% PIB	aumento de 3,33 pp PIB + R\$ 350 bilhões/ano
2010	3,60% PIB	
2015	4,33% PIB	
2023 (estimado)	43,80% PIB	

CUSTO DA TRAGÉDIA – 3 ATOS	R\$ BILHÕES / ANO
Funcionalismo (excesso OCDE)	315,00
Corrupção – (média)	208,00
Gastos tributários	502,00
TOTAL – TRAGÉDIA	1025,00

CUSTO DA TRAGÉDIA – CORTE 50%	R\$ BILHÕES / ANO
Dobrar SUS	130,00
Educação – Tempo integral/outros	100,00
Segurança Pública	50,00
Habitação – (500 mil residências/ano)	80,00
Infraestrutura	50,00
Social (Ações)	90,00
	500,00
BRASIL VIÁVEL – FALTA DE GESTÃO	

SOBRE OS AUTORES

Samuel Hanan

É engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia e administração de empresas e finanças; é empresário e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002). Autor dos livros *Brasil, um país à deriva* e *Caminhos para um país sem rumo*. Site: <https://samuelhanan.com.br>

Ives Gandra da Silva Martins

É professor Emérito das Universidades Mackenzie, Unip, Unifio, UNIFMU, do CIEE/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército – Eceme, Superior de Guerra – ESG e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1.^a Região; Professor Honorário das universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor *Honoris Causa* das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs-Paraná e RS; Catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio – SP; ex-presidente da Academia Paulista de Letras – APL e do Instituto dos Advogados de São Paulo – Iasp.

Este livro foi impresso em São Paulo, em fevereiro de 2024. O projeto gráfico – miolo e capa – foi feito por Selene Camargo em parceria com a Editora Valer.

A reflexão contínua sobre o presente de uma nação é necessária para que ela encontre as suas reais possibilidades de melhoria e para proporcionar bem-estar aos seus cidadãos. Há pessoas, tais como Ives Gandra e Samuel Hanan, que se dedicam a essa atividade e realizam um trabalho importante, tendo em vista que o resultado das suas análises e críticas pode contribuir para a realização de projetos e de intervenções políticas, sociais e econômicas imprescindíveis.

Neste livro, há um exercício de pensar sobre o Brasil do ponto de vista social, econômico e jurídico, propondo soluções para os maiores problemas do país. Portanto, o que nele encontramos é de serventia para nós, que nos preocupamos com o presente e o futuro.



VALER
EDITORA



Saiba +
sobre
este livro